



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 606/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE HUMAITÁ-AM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.465.209/0001-81, por meio da Secretaria Municipal de Licitações - SEMLIC, sediado a Rua 13 de Maio, 177 - Centro, na cidade de Humaitá-AM, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por LOTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 129/2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital, para fins do Procedimento Auxiliar de Sistema de Registro de Preços - SRP.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: <https://www.licitanet.com.br/>

DATA DA SESSÃO: 13/05/2026

HORÁRIO: 10h:00 (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de cascalho natural, com extração, carregamento, transporte e entrega, destinado à recuperação, manutenção, conservação e melhoria das condições de trafegabilidade das vias urbanas não pavimentadas da sede do Município de Humaitá-AM, do Distrito de Realidade e das estradas vicinais da zona rural, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para fins do Procedimento Auxiliar de Sistema de Registro de Preços – SRP, visando eventual contratação por demanda, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

1.2. Estima-se o valor desta licitação em R\$ 3.492.976,65 (Três milhões,



quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

O comprometimento do saldo orçamentário será feito a partir da seguinte dotação orçamentária:

Caracterização da despesa: Unidade Orçamentária: Órgão: 02; Unidade: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMINF; Código da Despesa: 213, Projeto/Atividade 1.018, Elemento de Despesa: 3.3.90.30, Recurso:1.500;

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste Pregão na forma Eletrônica as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. A participação do Licitante no Pregão na forma Eletrônica se dará por meio de participação direta ou através da Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/> a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.2.2. O Licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão. Para isso, os interessados deverão cadastrar-se previamente na Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>,

3.2.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do Licitante e deverá ser requerida e acompanhada dos seguintes documentos:

a) Inserção no sistema de especificação do objeto da licitação em conformidade com o Edital, constando preço, marca, fabricante e o que for necessário, com o CUIDADO para não identificar a empresa participante do certame;

b) Anexação do Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) no campo documentos exigidos na Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>, para todos os participantes, independentemente de vencedor ou não para fins de alimentação de dados no sistema. O arquivo permanecerá inacessível até a etapa de habilitação, ou seja, restrição padrão da plataforma em garantia do anonimato nas etapas anteriores.

3.3. O acesso do operador ao Pregão na forma Eletrônica se dará por meio da digitação da SENHA pessoal e INTRANSFERÍVEL do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados dia e horário limites estabelecidos.

3.4. A CHAVE de identificação e a SENHA dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão na forma Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

3.5. O credenciamento do Licitante participante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das



transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.6. Caberá ao Licitante participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.7. O Licitante participante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.8. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame que pagará a Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>, provedora do sistema eletrônico, o estabelecido pela mesma, a título de taxa de utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

3.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através da Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo



cadastro junto à Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, sendo:

a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação na Prefeitura Municipal de Humaitá-AM, conforme disposto na Lei nº 14.133/21

b) empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Humaitá-AM;

c) empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

4.3.2. Servidores ou dirigentes deste órgão, conforme Lei nº 14.133/21;

4.3.3. Que não atendam às condições deste Edital e seu anexo;

4.3.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5. Empresas que incidirem no disposto no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

4.4. Que estejam sob processo de falência judicialmente decretada, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço e demais informações referentes a identificação da empresa Licitante e de seu representante, até



a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do Licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, NO SISTEMA ELETRÔNICO, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item ofertado;

6.1.2. Indicar marca ou fabricante (Se necessário);

6.1.2.1. Quando a marca do produto identificar o Licitante, poderá o mesmo usar a indicação de: "Marca Própria" (Se necessário);

6.1.3. Deverão estar consignados na proposta:

a) dados cadastrais;



- b) descrição dos produtos, de acordo com o ANEXO I do Edital;
 - c) indicação da marca/fabricante, nome comercial e quantidade por embalagem (Se necessário);
 - d) indicação obrigatória do preço unitário, preço total por item e o preço total da proposta, expresso em moeda corrente nacional e em algarismo;
 - e) indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;
 - f) caso o Licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
 - g) apresentar DECLARAÇÃO, SOB PENA DA LEI, de ciência da forma de aquisição em conformidade com especificações, e quantidades estimadas constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, observando-se que as quantidades são estimativas de consumo, não se obrigando à aquisição total.
 - h) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Compromissária Fornecedora.
- 6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, inclusive frete com a carga e descarga.
- 6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5. O Licitante deverá, quando da formulação da proposta de preço, levar em consideração todos os fatores que podem influenciar no devido cumprimento do Compromisso, tais como o tempo de duração da Ata de Registro de Preços, projeção de variações cambiais, alterações regulares



dos custos de aquisição, disponibilidade de insumos e matéria-prima e eventual rescisão por incompatibilidade de preços deverá atender ao disposto nas Leis Federais nº 14.133/21, sob pena de permanecer a Compromissaria obrigada ao fornecimento do item no valor ajustado.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o Licitante, conforme item 6.1.3;

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor por lote.



7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto".

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até dois minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico



utilizado para divulgação.

7.16. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.17. Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas



microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto artigo 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.24.1. No país;

7.24.2. Por empresas brasileiras;

7.24.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O Pregoeiro solicitará ao Licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta do vencedor, apresentar preço final superior ao preço estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível em relação aos preços de mercado.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços por item ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o



prazo.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o Licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do Licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça



a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

b) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.1.1. Para a consulta de Licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O Licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o Licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da



eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.3. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3.1. Serão aceitos registros de CNPJ de Licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.4. Os Licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.5. Habilitação jurídica:

9.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde



opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.6. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede da Licitante, ou de declaração de isenção ou não incidência, devidamente assinada por representante legal;

9.6.5. A Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeito de negativa(s), expedida(s) pela Secretaria Municipal do domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu



ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.6.6. Caso o Licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.6.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça Do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.9. Caso o Licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.7. Qualificação Econômico-Financeira:

9.7.1. Apresentar a certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

9.7.2. As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

9.8. Qualificação Técnica:

9.8.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo objeto(s) com características similares



correspondentes a 30% (trinta por cento) do total dos itens licitados, como também a perfeita execução dos fornecimentos, para todos os itens.

9.9. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

9.9.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

9.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006,

seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

9.16.1. A documentação solicitada no item 9, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico.

9.16.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo Licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

9.16.3. Ocorrendo a inabilitação, a Pregoeira convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata de registro de preços e aplicação de eventual sanção à Compromissária Fornecedora, se for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor por item em algarismos e por extenso (Lei Federal nº 14.133/21).

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias corridos, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº 123/06. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados



para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

14.1. O fornecimento será parcelado, conforme a necessidade da Administração Municipal e efetuada em até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, através da Secretaria Contratante, que requisitará os materiais à medida da necessidade da unidade administrativa requisitante, na conformidade com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, anexo do Edital convocatório.

14.2. Não será permitida na entrega, a substituição dos materiais ofertados, quer em função de outra especificação, outras marcas etc., bem como, não se admitirá entrega de produto com preço alterado ou sem prévia aceitação da autoridade municipal Compromissária Compradora.



14.3. A entrega do(s) produto(s), requisitados mediante a Autorização de Fornecimento deverá ser feita conforme informado no Termo de Referência.

14.4. A substituição dos materiais ou a sua complementação não eximem o adjudicatário da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação, previstas no item 19 e subitens do edital.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata será utilizada pela Secretaria Contratante sempre que a Administração Municipal necessitar requisitar do(s) vencedor(es), obedecida a ordem de classificação, mediante a elaboração da Ata de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, convocando-o para a sua assinatura no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação encaminhada pelo endereço eletrônico cadastrado na proposta de preços para comparecer a Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, localizado na Rua 13 de Maio, 177 – Centro, Humaitá-AM ou da publicação na imprensa oficial da homologação.

15.1.1. O prazo concedido para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.1.2. Se a adjudicatária se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo previsto no item 15.1 ou subitem 15.1.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantidade estimada do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

15.1.3. Não atendendo a Compromissária Fornecedora à convocação da Administração para a assinatura do compromisso no prazo estabelecido, serão convocados os licitantes remanescentes,



na ordem de classificação, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

15.2. A empresa Compromissária Fornecedora se obriga a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da Ata de Registro de Preços, se algum documento perder a validade.

15.3. A Administração poderá obrigar a Compromissária Fornecedora a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.

15.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/21, com as consequências indicadas no Art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

15.5. Os materiais serão requisitados conforme a quantidade prevista no TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante do Edital, considerando-se a estimativa de consumo, não obrigando à Administração, realizar a aquisição total.

15.6. O foro da Ata de Registro de Preços será o da Comarca de Humaitá-AM.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA COMPRADORA E DA COMPROMISSÁRIA FORNECEDORA

17.1. As obrigações da Compromissária Compradora e da Compromissária Fornecedora são as estabelecidas no Termo de



Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento devido à Compromissária Fornecedora será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação e aceitação da respectiva Nota Fiscal, de acordo com as especificações do objeto desta licitação.

18.2. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Compromissária Fornecedora.

18.3. A Nota Fiscal deverá ser entregue na Secretaria Contratante, juntamente com a manifestação favorável do fiscal do contrato responsável pelo recebimento do produto.

18.4. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

18.5. As faturas que apresentarem incorreções, ou procedimentos duvidosos levantados pela Administração Municipal, serão devolvidas ao emitente e seu pagamento ficará suspenso até sua regularização e reapresentação, data em que iniciará a contagem de novo prazo, não cabendo, neste caso, qualquer reajuste ou sanções à Prefeitura.

18.6. O pagamento será efetuado sempre em obediência à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações contraídas pela Prefeitura, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente.

19.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.



19.1.2. A sanção só cabe se o remanescente já assinou a Ata e depois não atende convocação para firmar instrumento ou instrumento equivalente.

19.3. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial do instrumento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do instrumento;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o instrumento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.4. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa
- c) Impedimento de licitar e contratar;



d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.4.1. As multas serão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

19.5. Na apuração das infrações e na aplicação de sanções administrativas deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica por meio do sistema eletrônico da Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para

abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, na Plataforma Eletrônica <https://www.licitanet.com.br/>.

20.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.humaita.am.gov.br, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Humaitá-AM, 07 de abril de 2025.

MARIA APARECIDA MENDONÇA MONTEIRO
Secretária Municipal de Licitações e Contratos



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Definição do objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de cascalho natural, com extração, carregamento, transporte e entrega**, destinado à recuperação, manutenção, conservação e melhoria das condições de trafegabilidade das vias urbanas não pavimentadas da sede do Município de Humaitá-AM, do Distrito de Realidade e das estradas vicinais da zona rural, de acordo com as condições, quantidades, exigências e especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

1.2. Natureza da contratação

A presente contratação possui natureza de **fornecimento de bem comum**, consistente em material mineral granular utilizado como revestimento primário de vias não pavimentadas, cujas características usuais de mercado permitem a definição objetiva de padrões de desempenho e qualidade, sem prejuízo da necessidade de especificações técnicas mínimas para assegurar a adequada utilização do material no atendimento do interesse público.

1.3. Finalidade pública da contratação

A contratação objetiva assegurar à Administração Municipal disponibilidade contínua de insumo essencial à execução de serviços de manutenção viária, especialmente em locais sujeitos a:

- a) intensa ação erosiva decorrente do regime de chuvas da região amazônica;
- b) formação de lamaçais, sulcos e atoleiros;
- c) perda da capacidade de suporte das vias;
- d) interrupção ou restrição do tráfego de veículos leves, pesados, escolares e de socorro;
- e) comprometimento do acesso da população aos serviços públicos essenciais.

1.4. Regime de fornecimento



O fornecimento será executado de forma **parcelada**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMINF, observado o quantitativo estimado, a disponibilidade orçamentária e a necessidade concreta da Administração ao longo da vigência contratual ou da ata de registro de preços, se esta vier a ser adotada.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Base normativa principal

A presente contratação será regida, no que couber, pelos seguintes diplomas legais e normativos:

- a) **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) **Decreto Municipal nº 129/2023**, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Humaitá-AM;
- c) princípios constitucionais e administrativos aplicáveis às contratações públicas, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, motivação, economicidade, competitividade, interesse público, razoabilidade e segurança jurídica;
- d) orientações e entendimentos dos Tribunais de Contas, especialmente do Tribunal de Contas da União, acerca da necessidade de planejamento adequado, pesquisa de preços idônea, motivação do parcelamento e correta definição do objeto.

2.2. Fundamentação material da contratação

A contratação encontra amparo, ainda, nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 relativos:

- a) ao planejamento da contratação;
- b) à elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- c) à elaboração do Termo de Referência;
- d) à definição do objeto com base em critérios objetivos;
- e) ao parcelamento do objeto, quando técnica e economicamente viável;
- f) à busca da proposta mais vantajosa para a Administração;
- g) ao Sistema de Registro de Preços, caso adotado pela Administração após motivação específica.



2.3. Vinculação ao planejamento

O presente Termo de Referência decorre das conclusões lançadas no Estudo Técnico Preliminar elaborado para a presente contratação, devendo com ele guardar coerência lógica, técnica, jurídica e orçamentária.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização da necessidade

O Município de Humaitá-AM possui expressiva malha viária composta por vias urbanas sem pavimentação e por estradas vicinais localizadas na zona rural, além de acessos estratégicos ao Distrito de Realidade. Tais vias constituem infraestrutura pública essencial à mobilidade de pessoas, ao transporte de bens, ao acesso a políticas públicas e ao desenvolvimento socioeconômico local.

3.2. Problema administrativo a ser solucionado

As vias não pavimentadas sofrem deterioração frequente e acelerada, especialmente em razão:

- a) da elevada pluviosidade típica da região amazônica;
- b) da baixa resistência natural do leito quando desprovido de revestimento granular adequado;
- c) da circulação contínua de veículos leves, pesados e de transporte coletivo;
- d) do desgaste ocasionado por ações de drenagem insuficiente, erosão, enxurradas e recalques.

Tal cenário produz diversos efeitos negativos, dentre os quais:

- a) aumento de buracos, valetas e irregularidades no leito carroçável;
- b) formação de lama no período chuvoso e poeira excessiva no período seco;
- c) redução da segurança viária;
- d) elevação dos custos de manutenção de veículos da Administração e dos usuários;
- e) atrasos e dificuldades no transporte escolar;
- f) risco de interrupção do deslocamento de ambulâncias e demais veículos de emergência;
- g) prejuízos ao escoamento da produção rural.

3.3. Necessidade do cascalho natural



Para a recuperação funcional dessas vias, a Administração demanda material mineral granular apto a ser empregado como revestimento primário, reforço superficial e recomposição de trechos críticos, sendo o **cascalho natural** material tradicionalmente utilizado para essa finalidade, por proporcionar:

- a) melhoria das condições de suporte do pavimento não pavimentado;
- b) maior estabilidade superficial;
- c) redução do encharcamento e da formação de lama;
- d) melhor resposta às operações de patrolamento e compactação;
- e) aumento da durabilidade das intervenções de manutenção.

3.4. Impossibilidade de obtenção local do insumo

Ressalta-se que o Município de Humaitá-AM **não dispõe de jazida própria economicamente explorável ou regularmente disponível para suprimento da demanda pública**, circunstância que obriga a Administração a recorrer ao mercado fornecedor localizado em região diversa, destacadamente no eixo de Porto Velho-RO, onde há maior oferta do insumo e maior viabilidade logística para atendimento.

3.5. Razões do interesse público

A contratação se justifica pelo interesse público primário e pela necessidade concreta de assegurar:

- a) mobilidade urbana e rural mínima adequada;
- b) continuidade do transporte escolar;
- c) acesso a unidades de saúde, escolas e repartições públicas;
- d) trafegabilidade para veículos oficiais e de emergência;
- e) apoio ao escoamento da produção rural e ao abastecimento local;
- f) preservação das condições operacionais da malha viária não pavimentada.

3.6. Consequências da não contratação

A ausência de contratação tende a ocasionar:

- a) agravamento das condições de trafegabilidade;
- b) elevação do risco de interrupção de rotas essenciais;
- c) ampliação do custo futuro de recuperação, pela progressão dos danos;
- d) comprometimento da eficiência dos serviços executados pela SEMINF;



e) prejuízo direto à população usuária das vias.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária, oportuna, adequada e compatível com o interesse público municipal.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Especificação geral

Constitui objeto da contratação o fornecimento de **cascalho natural**, entendido como material granular mineral, oriundo de jazida regularmente explorada, apropriado ao emprego em serviços de manutenção, regularização, reforço e revestimento primário de vias não pavimentadas.

4.2. Abrangência do fornecimento

O fornecimento compreenderá, às expensas da contratada:

- a) extração do material em jazida regular;
- b) carregamento do material;
- c) transporte até o destino indicado pela Administração;
- d) descarga no local determinado pela SEMINF;
- e) observância das exigências ambientais, trabalhistas, fiscais, de segurança e de trânsito.

4.3. Destinação do material

O material será utilizado em:

- a) recuperação de vias urbanas não pavimentadas da sede municipal;
- b) manutenção do acesso e das vias do Distrito de Realidade;
- c) manutenção de estradas vicinais da área rural;
- d) recomposição de pontos críticos, atoleiros, erosões e segmentos com perda de capacidade de suporte.

4.4. Unidade de fornecimento

A unidade de fornecimento e medição será o **metro cúbico (m³)**, admitindo-se aferição por critérios técnicos objetivos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

4.5. Forma de execução

O fornecimento será realizado **sob demanda**, mediante autorização de fornecimento, ordem de entrega ou instrumento equivalente expedido pela



Administração, em conformidade com o cronograma e as necessidades operacionais da SEMINF.

5. QUANTIDADES ESTIMADAS

5.1. Critério geral

Os quantitativos estimados foram concebidos a partir da necessidade administrativa de manter estoque e fluxo de suprimento compatíveis com a execução contínua de serviços de manutenção viária, levando em consideração:

- a) extensão das vias urbanas não pavimentadas;
- b) extensão das vias rurais e vicinais a serem atendidas;
- c) intensidade do desgaste decorrente do regime chuvoso;
- d) necessidade de intervenções corretivas e preventivas;
- e) capacidade operacional da SEMINF para recebimento, estocagem e aplicação do material.

5.2. Estimativa financeira por lote

Para fins de planejamento e limitação orçamentária, a Administração prevê os seguintes montantes máximos:

LOTE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Cascalho para atender a recuperação de vias urbanas não pavimentadas da sede municipal.	M³	6.975	R\$ 216,66	R\$ 1.511.203,50
02		M³	6.555	R\$ 302,33	R\$ 1.981.773,15

5.3. Caráter estimativo

Os quantitativos dele decorrentes possuem natureza **estimada**, especialmente se adotado o Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, a qual requisitará apenas as quantidades efetivamente necessárias, observada a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e a vantajosidade da contratação.

6. DIVISÃO EM LOTES

6.1. Estrutura do parcelamento



A contratação será estruturada em dois lotes, assim definidos:

Lote I: fornecimento e entrega de cascalho natural no pátio da sede da SEMINF, situado na Rua Rio Madeira, Bairro São Pedro, Humaitá-AM.

Lote II: fornecimento e entrega de cascalho natural no Distrito de Realidade, localizado na BR-319, aproximadamente a 100 km da sede do Município de Humaitá, em ponto exato a ser indicado pela SEMINF.

6.2. Justificativa técnica do parcelamento

A divisão em lotes mostra-se técnica e economicamente justificável, pois os locais de entrega apresentam condições logísticas distintas, com repercussão direta nos custos de transporte, no tempo de deslocamento, nos riscos operacionais e na composição do preço final.

Há, portanto, individualização material suficiente para tratar cada destino de entrega como unidade autônoma de disputa, preservando:

- a) a competitividade;
- b) a isonomia entre os licitantes;
- c) a seleção da proposta mais vantajosa;
- d) a adequada formação do preço por realidade logística.

6.3. Vantagens do parcelamento

O parcelamento em lotes poderá produzir as seguintes vantagens:

- a) permitir a formulação de preços mais aderentes a cada rota logística;
- b) evitar subsídio cruzado entre destinos de menor e maior custo de frete;
- c) ampliar a atratividade da disputa, inclusive para fornecedores com diferentes capacidades operacionais;
- d) favorecer a transparência na comparação entre propostas;
- e) permitir eventual adjudicação por lote a fornecedores distintos, caso isso se revele mais vantajoso.

6.4. Adjudicação

A adjudicação deverá ocorrer **por lote**, permitindo que um mesmo licitante seja vencedor de um ou de ambos os lotes, conforme a melhor proposta apresentada para cada unidade de disputa.

7. LOCAL DE ENTREGA



7.1. Lote I

O material referente ao Lote I deverá ser entregue no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMINF, situado na **Rua Rio Madeira, Bairro São Pedro, Humaitá-AM**, ou em local substitutivo formalmente indicado pela Administração, dentro do perímetro urbano do Município.

7.2. Lote II

O material referente ao Lote II deverá ser entregue no **Distrito de Realidade**, localizado na **BR-319**, aproximadamente a **100 km da sede de Humaitá**, em ponto exato previamente definido pela SEMINF, observadas as condições de acesso e segurança operacional.

7.3. Comunicação prévia

A contratada deverá manter comunicação prévia com o fiscal ou com o setor designado pela Administração para agendamento da entrega, de modo a compatibilizar:

- a) horário de recebimento;
- b) disponibilidade de servidor para conferência;
- c) condições do local de descarga;
- d) segurança da operação.

7.4. Responsabilidade pela entrega

A entrega será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive no que se refere a:

- a) deslocamento do veículo transportador;
- b) combustível;
- c) motoristas e equipe de apoio;
- d) tributos e encargos;
- e) riscos de transporte até a efetiva descarga e aceitação provisória do material.

8. PRAZO DE FORNECIMENTO

8.1. Natureza parcelada

O fornecimento será parcelado, de acordo com as necessidades da Administração, durante a vigência contratual ou da ata de registro de preços.



8.2. Prazo para início

Após o recebimento da ordem de fornecimento, a contratada deverá iniciar a execução no prazo estabelecido no edital e no contrato, recomendando-se, por razões operacionais, prazo compatível com a urgência administrativa e com a logística regional.

8.3. Prazo de entrega por requisição

Cada requisição deverá estabelecer o quantitativo, o lote correspondente, o local exato de entrega e o prazo operacional aplicável, observado o princípio da razoabilidade e a necessidade de manutenção do fluxo regular de suprimento da SEMINF.

8.4. Casos excepcionais

Poderão ser admitidas justificativas de prorrogação de prazo apenas em situações supervenientes, relevantes e comprovadas, não imputáveis à contratada, desde que previamente submetidas à apreciação da Administração e formalmente aceitas.

9. REQUISITOS TÉCNICOS DO MATERIAL

9.1. Qualidade mínima

O cascalho natural fornecido deverá apresentar qualidade compatível com sua destinação em serviços de revestimento primário e manutenção de vias não pavimentadas, devendo possuir características que favoreçam sua aplicação, espalhamento, conformação e compactação.

9.2. Requisitos mínimos

O material deverá observar, no mínimo:

- a) composição granular adequada ao uso em vias de terra;
- b) ausência de resíduos sólidos urbanos, entulhos, lixo, madeira, raízes, materiais orgânicos, lama em excesso ou quaisquer contaminantes que comprometam sua qualidade;
- c) umidade compatível com o transporte e descarga, sem descaracterização do material;
- d) aptidão para compactação e para suporte do tráfego em vias não pavimentadas.

9.3. Inadequações vedadas

Não será admitido material que apresente, entre outras inconformidades:



- a) excesso de finos ou argila em patamar que comprometa o desempenho esperado;
- b) mistura com solo impróprio ou material orgânico;
- c) presença de blocos excessivamente grandes, incompatíveis com a aplicação pretendida;
- d) qualidade inferior àquela usualmente praticada para manutenção de vias.

9.4. Origem regular

A contratada deverá comprovar, quando exigido pela Administração, que o material é proveniente de jazida regular, observando a legislação ambiental, mineração e demais normas aplicáveis.

9.5. Amostras e verificações

A Administração poderá exigir, motivadamente:

- a) apresentação de amostras;
- b) registros fotográficos do material;
- c) comprovação da origem;
- d) ensaios ou verificações técnicas, quando houver dúvida fundada acerca da adequação do material.

9.6. Responsabilidade técnica da contratada

Compete à contratada assegurar que todo o material entregue corresponda às características exigidas, não se eximindo de responsabilidade por vícios de qualidade, ainda que o recebimento inicial tenha ocorrido sem impugnação imediata.

10. FORMA DE MEDIÇÃO

10.1. Unidade de medição

A medição do material será realizada em **metro cúbico (m³)**.

10.2. Procedimento de aferição

A aferição poderá ocorrer mediante critérios objetivos previstos pela Administração, tais como:

- a) cubagem do compartimento de carga do veículo, quando tecnicamente admissível;
- b) conferência documental do volume transportado;



- c) medição no momento da descarga;
- d) outro método tecnicamente idôneo previsto no edital ou no contrato.

10.3. Controle administrativo

A SEMINF manterá controle individualizado das entregas, contendo, no mínimo:

- a) data da entrega;
- b) lote correspondente;
- c) identificação do veículo;
- d) volume aferido;
- e) local de descarga;
- f) nome e assinatura do servidor responsável pelo recebimento;
- g) ocorrência de eventuais ressalvas ou recusas.

10.4. Divergências de volume

Constatada divergência relevante entre o volume requisitado, o volume informado e o volume efetivamente aferido, prevalecerá a medição validada pela Administração, sem prejuízo da instauração de procedimento para apuração de eventual inadimplemento contratual.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Obrigações gerais

Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável:

- a) fornecer o objeto em estrita conformidade com este Termo de Referência;
- b) observar os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos pela Administração;
- c) responsabilizar-se integralmente pela extração, carregamento, transporte e descarga do material;
- d) manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2. Obrigações técnicas e operacionais

Compete também à contratada:

- a) utilizar veículos em adequadas condições de operação e segurança;



- b) empregar mão de obra qualificada e devidamente regularizada;
- c) adotar medidas de segurança no transporte e na descarga;
- d) evitar danos ao patrimônio público e a terceiros;
- e) substituir, às suas expensas, material recusado ou considerado inadequado.

11.3. Obrigações documentais e legais

A contratada deverá:

- a) cumprir integralmente as normas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais, minerárias e de trânsito;
- b) arcar com todos os tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e comerciais incidentes;
- c) responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução contratual;
- d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela fiscalização.

11.4. Responsabilidade por vícios e defeitos

A contratada responderá por vícios de qualidade, inadequação do material, divergência de quantitativos e demais falhas de execução, ainda que verificadas após o recebimento provisório.

11.5. Substituição do material recusado

No caso de rejeição total ou parcial do material entregue, a contratada deverá promover sua retirada e substituição no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional para o Município.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Obrigações institucionais

Compete à Administração Municipal, por intermédio da SEMINF:

- a) emitir as ordens de fornecimento com a antecedência necessária;
- b) indicar os locais de entrega;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- d) atestar as entregas efetivamente realizadas.

12.2. Obrigações de controle



A contratante deverá:

- a) designar gestor e fiscal do contrato;
- b) registrar ocorrências relevantes da execução;
- c) comunicar formalmente à contratada as inconformidades constatadas;
- d) adotar as providências administrativas cabíveis diante de descumprimentos.

12.3. Pagamento

A contratante efetuará o pagamento devido à contratada na forma e no prazo previstos, desde que verificada a regular execução do objeto e o cumprimento das exigências documentais pertinentes.

12.4. Cooperação operacional

Sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da contratada pela entrega, a Administração envidará os esforços razoáveis para viabilizar o recebimento do material nos locais indicados, observadas suas condições operacionais.

13. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO MATERIAL

13.1. Recebimento provisório

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência preliminar da quantidade, do aspecto visual do material e da conformidade aparente com as especificações estabelecidas.

13.2. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa do material, dentro do prazo fixado pela Administração, mediante atesto do fiscal ou servidor designado.

13.3. Hipóteses de recusa

O material poderá ser recusado, total ou parcialmente, quando:

- a) não corresponder às especificações mínimas exigidas;
- b) apresentar contaminação, mistura indevida ou qualidade imprópria;
- c) houver divergência relevante de volume;
- d) for descarregado em local diverso do determinado sem autorização;
- e) a entrega ocorrer em desacordo com a ordem de fornecimento.

13.4. Consequências da recusa



A recusa do material não eximirá a contratada de:

- a) corrigir a falha verificada;
- b) substituir o material recusado;
- c) responder por perdas e danos, se cabíveis;
- d) sujeitar-se às penalidades administrativas pertinentes.

14. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Designação

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente, nos termos da legislação aplicável.

14.2. Competências da fiscalização

Compete à fiscalização, entre outras atribuições:

- a) acompanhar a execução do objeto;
- b) verificar a conformidade dos materiais entregues;
- c) aferir quantitativos;
- d) registrar ocorrências em relatório próprio;
- e) comunicar irregularidades à autoridade competente;
- f) recomendar glosas, correções, substituições ou aplicação de penalidades.

14.3. Limites da atuação fiscalizatória

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, tampouco transfere à Administração a responsabilidade por obrigações que são próprias do contratado.

14.4. Instrumentos de controle

A Administração poderá adotar, para melhor controle:

- a) fichas de entrega;
- b) boletins de medição;
- c) relatórios fotográficos;
- d) mapas de consumo por frente de serviço;



- e) registros de viagens e veículos.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. Metodologia

A estimativa de preços deverá ser realizada com base em pesquisa de mercado idônea, observando os parâmetros admitidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela regulamentação municipal, especialmente mediante:

- a) consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) consulta a bancos de preços públicos;
- c) análise de contratações similares de outros entes públicos;
- d) cotações junto a fornecedores do ramo, quando cabíveis;
- e) avaliação específica do impacto logístico entre origem e destino.

15.2. Considerações sobre a formação do preço

Na composição do preço estimado deverão ser considerados, dentre outros componentes:

- a) custo de extração;
- b) custo de carregamento;
- c) custo de transporte;
- d) distância entre jazida e ponto de entrega;
- e) consumo de combustível;
- f) despesas operacionais e tributos;
- g) riscos logísticos inerentes à região.

15.3. Limites financeiros da contratação

Para fins de planejamento administrativo, a presente contratação observará os seguintes limites máximos:

- a) **Lote I: até R\$ 1.511.203,50**
- b) **Lote II: até R\$ 1.981.773,15**



15.4. Caráter não absoluto do valor estimado

Os valores estimados constituem referência para instrução do processo e julgamento da vantajosidade, não afastando a necessidade de apuração precisa do preço de referência em planilha específica que integre os autos.

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1. Critério objetivo

O critério de julgamento recomendado é o de **menor preço por lote**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e condições de execução previstas neste Termo de Referência e no edital.

16.2. Justificativa do critério

Tal critério se mostra adequado porque:

- a) o objeto possui padrões usuais de mercado;
- b) as especificações podem ser definidas objetivamente;
- c) a disputa por lote permite refletir adequadamente o custo logístico de cada destino;
- d) a Administração busca a proposta economicamente mais vantajosa sem prejuízo da qualidade mínima necessária.

16.3. Exequibilidade

As propostas deverão ser analisadas quanto à exequibilidade, de forma a evitar contratação por preço inexequível que comprometa a execução contratual, a qualidade do material ou a regularidade da entrega.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. Habilitação jurídica

Deverão ser exigidos os documentos de habilitação jurídica pertinentes à natureza do licitante, nos termos da legislação aplicável.

17.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

Deverá ser exigida comprovação de regularidade perante:

- a) Fazenda Federal;
- b) Fazenda Estadual;
- c) Fazenda Municipal;
- d) FGTS;



- e) Justiça do Trabalho;
- f) demais exigências legais cabíveis.

17.3. Qualificação econômico-financeira

Poderão ser exigidos os documentos pertinentes à qualificação econômico-financeira, nos termos da lei e do edital, de forma proporcional e compatível com o vulto da contratação, vedadas exigências excessivas que restrinjam indevidamente a competitividade.

17.4. Qualificação técnica

A qualificação técnica deverá ser exigida de maneira compatível com a complexidade do objeto, recomendando-se, no mínimo:

- a) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para fornecimento de material similar, com logística de transporte compatível;
- b) declaração de disponibilidade operacional mínima para execução do objeto;
- c) comprovação, quando exigível, da regularidade da origem do material, inclusive quanto à jazida e licenciamento pertinente.

17.5. Razoabilidade das exigências

As exigências de habilitação deverão observar os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da competitividade, vedada a formulação de requisitos desnecessários ou excessivamente restritivos.

18. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

18.1. Regime sancionatório

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação aplicável.

18.2. Hipóteses de sanção

Poderão ensejar penalidade, entre outras condutas:

- a) atraso injustificado na entrega;
- b) entrega de material em desconformidade com as especificações;
- c) recusa injustificada em substituir material rejeitado;
- d) descumprimento reiterado de ordens da fiscalização;



- e) apresentação de documentação falsa;
- f) comportamento inidôneo;
- g) inexecução total ou parcial do ajuste.

18.3. Sanções cabíveis

Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade, quando cabível.

18.4. Multas

As multas deverão ser previstas no edital e no contrato de forma clara, objetiva e proporcional, podendo incidir sobre:

- a) atraso na entrega;
- b) descumprimento de obrigação contratual;
- c) inexecução parcial;
- d) inexecução total.

18.5. Cumulação

As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme previsão legal e contratual, quando a natureza da infração assim justificar.

19. FORMA DE PAGAMENTO

19.1. Condição para pagamento

O pagamento será efetuado após:

- a) a efetiva entrega do material;
- b) a medição e conferência pela Administração;
- c) o atesto do fiscal do contrato;
- d) a apresentação da nota fiscal e demais documentos exigíveis.

19.2. Periodicidade



O pagamento poderá ocorrer por entrega, por medição periódica ou por outro critério administrativo previamente definido, desde que guarde correspondência com o objeto efetivamente executado.

19.3. Requisitos documentais

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

- a) nota fiscal/fatura;
- b) documentação de regularidade fiscal e trabalhista, quando exigida;
- c) demais documentos previstos contratualmente.

19.4. Vedação ao pagamento por objeto não recebido

Não será efetuado pagamento por material:

- a) não entregue;
- b) entregue em local diverso sem autorização;
- c) recusado pela fiscalização;
- d) sem medição e atesto.

19.5. Glosas

A Administração poderá promover glosas, retenções e compensações legalmente cabíveis diante de irregularidades verificadas na execução.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Previsão orçamentária

A despesa decorrente da contratação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos – SEMINF, consignadas no orçamento vigente.

20.2. Compatibilidade orçamentária

A contratação deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, em consonância com os instrumentos de planejamento e execução orçamentária. Unidade orçamentária 07, Código da ação na LOA: 1.018, Código de despesas na LOA: 162, Elemento da Despesa: 3.3.90.30, Recurso: 1.500



20.3. Indicação formal

A classificação funcional-programática, a natureza da despesa e a fonte de recursos deverão constar formalmente do processo administrativo e do instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável.

21. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. Gestão contratual

A gestão do contrato competirá ao servidor formalmente designado pela autoridade competente, cabendo-lhe acompanhar a execução sob o prisma administrativo, documental e gerencial.

21.2. Fiscalização técnica e operacional

A fiscalização técnica e operacional do objeto caberá à SEMINF, por intermédio de servidor ou equipe designada, que atuará na verificação:

- a) do atendimento às requisições;
- b) da conformidade do material;
- c) do volume entregue;
- d) da regularidade das operações de descarga.

21.3. Segregação de funções

Sempre que possível, deverá ser observada a segregação entre as funções de gestão contratual e fiscalização da execução, como medida de governança, controle e mitigação de riscos.

21.4. Registro de ocorrências

Toda ocorrência relevante deverá ser registrada formalmente, inclusive para subsidiar:

- a) atestes;
- b) aplicação de penalidades;
- c) aditivos ou revisões;
- d) encerramento contratual.

22. VIGÊNCIA CONTRATUAL

22.1. Prazo de vigência



O prazo de vigência do contrato decorrente da presente contratação será de até **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser ajustado conforme a natureza do instrumento adotado e a regulamentação aplicável.

22.2. Ata de registro de preços

Caso a contratação seja processada pelo Sistema de Registro de Preços, a ata terá vigência na forma prevista em lei e regulamento, e os contratos dela decorrentes observarão seus próprios prazos, conforme instrumento convocatório.

22.3. Prorrogações

Eventuais prorrogações dependerão de previsão legal, interesse público devidamente motivado e demonstração de vantajosidade, quando cabíveis.

23. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DE ADESÃO À ATA

23.1. Viabilidade do SRP

Considerando que a demanda por cascalho:

- a) é recorrente e variável ao longo do exercício;
- b) depende de condições climáticas e da ocorrência de danos nas vias;
- c) pode exigir fornecimentos parcelados e sucessivos;
- c) envolve necessidade de flexibilidade operacional,

mostra-se tecnicamente viável a adoção do **Sistema de Registro de Preços**, desde que assim conclua o processo de planejamento e a autoridade competente.

23.2. Vantagens do SRP

A utilização do SRP pode proporcionar:

- a) maior racionalidade na gestão da demanda;
- b) contratações sob demanda, evitando estoque excessivo;
- c) melhor aproveitamento do orçamento;
- d) celeridade na resposta a necessidades supervenientes de manutenção viária.

23.3. Adesão à ata

A possibilidade de adesão à ata por órgãos não participantes deverão ser apreciada pela Administração à luz da legislação aplicável, da conveniência



administrativa, da capacidade de atendimento do fornecedor e da preservação do interesse do órgão gerenciador.

23.4. Motivação específica

Caso se opte por vedar ou limitar adesões, a decisão deverá ser formalmente motivada no processo, considerando a natureza do objeto, a logística regional e a prioridade de atendimento das necessidades da SEMINF.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Vinculação

Este Termo de Referência vincula o futuro edital, a ata de registro de preços, se houver, e o contrato administrativo ou instrumento equivalente, integrando a fase preparatória da contratação.

24.2. Interpretação

As disposições deste instrumento deverão ser interpretadas à luz da supremacia do interesse público, do planejamento da contratação, da busca da proposta mais vantajosa e da execução eficiente do objeto.

24.3. Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 129/2023, nas cláusulas do edital e do contrato, bem como nos princípios gerais do direito administrativo.

24.4. Necessidade de anexos complementares

Deverão integrar a instrução processual, para fins de robustez técnica e controle:

- a) Estudo Técnico Preliminar;
- b) pesquisa de preços;
- c) mapa comparativo de preços;
- d) minuta de edital;
- e) minuta de contrato ou ata de registro de preços, conforme o caso.

24.5. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação é necessária, adequada e alinhada ao interesse público, constituindo medida essencial para garantir o abastecimento de insumo estratégico à manutenção das vias não pavimentadas do Município de Humaitá-AM, do Distrito de Realidade e das estradas vicinais da zona rural, com reflexos diretos na mobilidade, na segurança, no acesso a serviços públicos e no desenvolvimento local.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
"O trabalho continua"

Humaitá-AM, 13 de março de 2026.

ANDRINEIA DE LIMA DA SILVA
Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ORDENADOR DE DESPESA

***APROVO O PRESENTE TERMO DE
REFERÊNCIA E AUTORIZO A
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.***

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Secretária Municipal da SEMINF

ORDENADOR DE DESPESA

***APROVO O PRESENTE TERMO DE
REFERÊNCIA E AUTORIZO A
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.***

JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Humaitá - AM



ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXXX/2026 – PROCESSO Nº XXXX/2026

VALIDADE -----/-----/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ-AM E A EMPRESA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

PREÂMBULO:

Pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de um lado a Prefeitura Municipal de HUMAITÁ-AM, inscrita no C.N.P.J do MF sob n.º 04.465.209/0001-81, com sede à Rua 13 de Maio, n.º 177, Centro, nesta cidade de HUMAITÁ-AM, do Estado do Amazonas, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. José Cidenei Lobo do Nascimento, RG n.º xxxxxxxx, CPF/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado **COMPROMITENTE COMPRADOR**, e de outro lado a empresa, inscrita no C.N.P.J do MF sob n.º, com sede a, neste ato representada pelo seu.....Sr....., RG..... CPF....., adjudicatária do Pregão Eletrônico n.º xxxx/2026, que formalizou a Ata de Registro de Preços n.º xxx/2025, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, resolvem registrar os preços, com integral observância da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta **ATA**, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA**



MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, conforme especificações constantes no Edital e Anexo I – Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº xxxx/2025, que integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

1.2 - ESPECIFICAÇÃO

ITEM	OBJETO	UNID.	QTD. ESTIMAD A ANUAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	VALOR TOTAL R\$				

1.2.1 - As quantidades constantes do item acima são estimativas de consumo, não se obrigando à aquisição total, muito embora caso haja interesse e necessidade a Administração poderá adquirir quantidade total estimada.

CLÁUSULA SEGUNDA: VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura da respectiva Ata, podendo, havendo interesse das Partes e vantajosidade para Administração Pública Municipal, ser prorrogada uma vez, pelo mesmo período.

2.2 - A Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM monitorará os preços registrados através de pesquisa de preços, consulta aos bancos de dados que contém os preços dos produtos, trocas de informações com outras instituições, cotações e licitações.

2.3 - Durante o prazo de validade da **ATA** inexistirá obrigatoriedade, por parte da Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM em proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios



expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

2.4 - Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo **REGISTRO** o direito de cancelar a **ATA** na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO

3.1 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** constam da Clausula Primeira – OBJETO.

3.2 - Sempre que os preços registrados estiverem acima dos valores praticados pelo mercado, os fornecedores serão chamados para adequá-los aos preços atualmente adotados.

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1 - Por ocasião do fornecimento, a Unidade requisitante estabelecerá o prazo de entrega do material, não podendo, todavia, ultrapassar **5 (cinco) dias corridos**, a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento por parte do fornecedor, encaminhada pela Contratante no endereço de e-mail cadastrado na proposta de preços, onde deverão ser respeitados as previsões editalícias, correndo por conta da proponente todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;

4.1.1 - A contagem do prazo de entrega terminará com o recebimento do material no local indicado no subitem 4.2. abaixo.

4.1.2 - Se o dia da entrega do(s) item(ns) contratado(s) deixar de coincidir com dia



que haja expediente no órgão licitante, esta será prorrogada para o primeiro dia útil subsequente.

4.2 - A entrega do(s) produto(s) requisitados mediante a Autorização de Fornecimento encaminhada pela Contratante no endereço eletrônico cadastrado pela Compromissária Fornecedora na proposta de preços, e deverá ser feita no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, sito à Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx – bairro xxxxxxxx, HUMAITÁ-AM, de segunda a sexta-feira, no horário de recebimento de material das 8h às 12h e das 14 às 17h.

CLÁUSULA QUINTA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1 - O objeto decorrente da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será formalizado com o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente pela Compromissária Fornecedora.

5.2 - É obrigatório o atendimento de todos os pedidos concretizados durante a validade da **ATA**, inclusive para aquele(s) cuja(s) entrega(s) esteja(m) prevista(s) para data posterior à da sua validade.

5.3 - Os produtos deverão ser entregues, acompanhados da nota fiscal/fatura com a indicação do número do empenho correspondente.

5.4 - A requisição do fornecimento por parte da Unidade requisitante, por meio de nota de empenho e/ou documento equivalente, será enviada por e-mail (endereço eletrônico) **CADASTRADO NA PROPOSTA DE PREÇOS**, devendo dela constar a indicação do produto, quantidade pretendida, valor unitário, local e data.

5.5 - O licitante deverá acusar o recebimento da autorização de fornecimento à Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM no endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ou em resposta ao endereço de envio, ou seja, no mesmo



que encaminhou a liberação da Autorização do fornecimento, para que seja anexado aos Processos de requisição e de liquidação de despesa.

5.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

5.7 - O(s) produto(s) entregue(s) será(ão) recebido(s) **provisoriamente** no âmbito da Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM, nos moldes da Lei n.º 14.133/2021, para efeito de posterior verificação da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeito funcionamento (e outras porventura existentes), resultando no **recebimento definitivo**, observado o prazo de até **3 (três) dias corridos** de sua entrega.

5.8 - A constatação de qualquer alteração na qualidade, preço ou composição do produto, observado o prazo de validade, o proponente compromete-se a trocá-lo sem qualquer ônus para o órgão responsável pelo **REGISTRO**.

5.9 - Em caso de não aceitação do(s) produto(s), fica o fornecedor obrigado a retirá-lo(s) e a substituí-lo(s) no prazo de **02 (dois) dias**, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima do presente instrumento.

5.10 - Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **02 (dois) dias**, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima do presente instrumento.

5.11 - Na hipótese de caracterização de irregularidade, as despesas e providências necessárias correrão por conta do fornecedor.



5.12 - O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.

CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado à vista da nota fiscal apresentada quando da entrega do(s) produtos(s), em consonância com as exigências constantes deste Edital e da Ata de Registro de Preços, por intermédio de crédito em conta corrente da licitante vencedora em até **30 (trinta) dias**, contados a partir do **RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL NA SECRETARIA CONTRATANTE** pela entrega do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade.

6.2. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário na conta corrente nº., agência, Banco

6.2.1. Caso haja alteração das informações referente aos dados bancários retro, a compromissária deverá informar os novos dados bancários sob sua responsabilidade a consequente suspensão do pagamento sem qualquer ônus para a Compromissária Contratante.

6.2.2. As dotações orçamentárias a serem utilizadas, serão as seguintes:

XX
XX
XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

6.3 - As notas fiscais que apresentarem incorreções, ou procedimentos duvidosos levantados pela Administração Municipal, serão devolvidas ao emitente e seu pagamento ficará suspenso até sua regularização e reapresentação, data em que iniciará a contagem de novo prazo, não cabendo, neste caso, qualquer reajuste ou sanções à Prefeitura.



6.4 - O pagamento será efetuado sempre em obediência à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações contraídas pela Prefeitura, de acordo com o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E REALINHAMENTO DE PREÇOS

7.1 - É vedado reajustamento de preços no espaço de tempo de validade da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

CLÁUSULA OITAVA: CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O cancelamento da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 5 (cinco) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa:

8.1.1 - Pelo órgão responsável pelo **REGISTRO**, quando a signatária da **ATA**:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) recusar-se a celebrar A Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos ou no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o



endereço da empresa detentora, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial do Município, considerando cancelado o preço registrado a contar da última publicação.

8.1.4 - Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor do bem poderá solicitar o cancelamento de seu **REGISTRO DE PREÇOS** na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA NONA: AUTORIZAÇÃO PARA REQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

9.1 - As autorizações para as aquisições decorrentes desta **ATA** serão de responsabilidade da Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM.

9.2 – A quantidade indicada no **item 1.2 desta Ata** representa a estimativa de necessidade a ser atendida, sem que haja obrigação de aquisição total, tratando-se de Registro de Preços, havendo a necessidade de aumento do quantitativo a licitante vencedora deverá efetuar a entrega do produto requisitado pelo preço vigente a época do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES

10.1 – A Compromissária Fornecedora estará sujeita as sanções previstas nos Artigos 155 ao 163, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso venha cometer algumas das infrações contidas nos citados dispositivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOCUMENTOS INTEGRANTES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução do(s) objeto(s), bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta **ATA** os documentos do **EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2026**, constantes do **PROCESSO**



ADMINISTRATIVO N.º XXXX/2026, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da signatária.

11.2 - A execução da Ata de Registro de Preços, decorrente da presente Ata, será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 129/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO

12.1 - Competente ao foro da Comarca de HUMAITÁ-AM, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas desta **ATA**.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

Humaitá- AM, de de 2026.

COMPROMISSÁRIA

COMPRADORA _____

Prefeitura do Município de HUMAITÁ-AM

Prefeito Municipal

COMPROMISSÁRIA FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____

NOME:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMAITÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
"O trabalho continua"



RG:

NOME:

RG: